



IFRJ para todos

Diálogo constante e ações de acessibilidade e inclusão marcam dia a dia do Instituto

Revista Informação

Edição nº 15

Maio - Julho de 2018

Reitor

Rafael Barreto Almada

**COORDENAÇÃO-GERAL
DE COMUNICAÇÃO**

Coordenadora de Comunicação

Juliana Santos Fernandes

Jornalista

Danyelle Woyames

Programadora visual

Juliana Santos Fernandes

Revisora de Textos

Claudia Lins

Estagiários de Comunicação

Belford Roxo

Letícia Mattos

Duque de Caxias

João Pedro Marques

Nilópolis

Jéssica Rodrigues

Úrsula Gomes

Niterói

Gabriel Rios

Reitoria

Manoela Lima

Rio de Janeiro

Lorena Andrade

São João de Meriti

Nathália Terciane

Volta Redonda

Tháís Dutra

03 **Campus Nilópolis**
**Cultura negra
em foco**

06 **Campus Volta Redonda**
**Núcleo de Estudos
de Gênero: uma
nova forma de
compreender a
igualdade de
gênero**

10 **Capa**
**ESCOLA,
SUBSTANTIVO
PLURAL**

16 **Campus Belford Roxo**
**Pré-vestibular
gratuito oferece
oportunidade
de inclusão
social**

04 **Campus Duque de Caxias**
**Neabi e Coletivo
Negritude Federal
fortalecem o
empoderamento
no CDuc**

08 **Campus Niterói**
**Educação cida-
dã na rotina do
campus**

14 **Campus Rio de Janeiro**
**Atenção às
necessidades
específicas**

18 **Campus São João de Meriti**
**Desafios de
conscientização**

Cultura negra em foco

Campus Nilópolis promove curso de extensão sobre ensino da história e cultura afro-brasileira

Durante muito tempo, a história e a cultura afro-brasileira e africana no Brasil foram lembradas nas salas de aula basicamente sob a ótica da escravidão. Hoje, porém, após a implementação da Lei nº 10.639, que propõe novas diretrizes curriculares para esse estudo, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) trabalha para mudar esse cenário.

No campus Nilópolis, por exemplo, o trabalho começou a partir do curso de extensão “Formação para Educação das Relações Étnico-Raciais: Dimensões da Cultura Afro-Brasileira” em 2011. Atualmente em sua terceira edição, o curso visa contribuir na aquisição de conhecimentos sobre a população negra.

Rosália Lemos, atual coordenadora do Neabi no campus, ressaltou a importância de se falar sobre esse tema: “Oferecer um curso que possibilite a capacitação de profissionais da Educação, de ativistas dos movimentos sociais e também dos moradores de Nilópolis, é fundamental. É gratificante ver a nossa contribuição para o fim do racismo, já que não acredito no fim do racismo sem que reeduquemos a sociedade e respeitemos a sua diversidade”, afirmou.

Pensando Fora da Caixinha

Vendo o Instituto como um meio de proporcionar atividades que façam a comunidade pensar “fora da caixinha”, as rodas de conversa do curso estão sendo realizadas externamente ao campus, na Casa da Mulher Nilopolitana, em Nilópolis. Apesar das dificuldades, Rosália



Professora Marize Conceição na aula “O movimento negro e a ditadura militar”

afirma que a proximidade com o entorno do campus aumentou.

“Algumas pessoas que estão inscritas no curso, especificamente as mulheres, não participariam se fosse dentro do campus. Realizar isso num lugar que pertence à cidade, que é da mulher nilopolitana, aproxima mais com a comunidade, e o papel da Extensão é este: aproximar o espaço da academia com a comunidade em que está inserido”, disse ela.

Durante um dos encontros, que teve como ênfase os ícones negros e as outras vertentes da história negra, o morador do interior da Baixada Fluminense Leonardo Bonceno comentou sobre trazer essas figuras representativas da cultura negra e fazer as pessoas refletirem sobre elas: “À medida que eu sei que os heróis da minha história não são só os colonizadores, passo a ter outras referências e a buscar a minha representatividade”, disse Leonardo.

Ele comparou, ainda, a dinâmica usada no encontro com a situação do filme Pantera Negra, que fez diversas referências à população negra. “Quando eu sei que tenho Dandara dos Palmares, Chico Rei, Zumbi, uma série de outros heróis que lutaram pelo meu povo, que fizeram pela gente, eu tenho outras referências e relativizo a questão de poder, como acontece no filme Pantera Negra”, afirmou o morador.

Com cerca de 90 inscritos, o curso ainda está em andamento e tem previsão de encerramento para o início de junho. O Neabi já manifestou o interesse em dar continuidade ao curso nos próximos anos.



Alunos na Casa da Mulher Nilopolitana

Neabi e Coletivo Negritude Federal fortalecem o empoderamento no CDuc

Núcleo e Coletivo abrem a mente dos estudantes sobre os negros no campus Duque de Caxias

A busca pela igualdade social é um tema bastante discutido nas rodas de conversa do campus Duque de Caxias do IFRJ. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), junto com o Coletivo Negritude Federal, tem como uma de suas dedicações a inclusão dos alunos negros no campus. A intenção é apresentar o conhecimento da história e cultura dos africanos, de modo a combater o racismo e estimular a participação ativa das ideias proporcionadas pelos projetos.

O Neabi (que tem como um dos seus objetivos implementar as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) é coordenado no campus pela professora de Língua Portuguesa Lucineide Lima de Paulo, com o apoio da professora de Química Analítica Luciana Resende e do professor de Sociologia Marcelo Cardoso. O núcleo é responsável por implementar os estudos na sala de aula, mas Lucineide ressalta a dificuldade de realização: "É difícil! Os professores não falam de africanidade; não há conteúdo. Até quem está dando aula não sabe, mas aprende sozinho para repassar aos alunos. O Neabi nasceu por isso, para implementar a lei 10.639", afirma a docente.

O núcleo trabalha com a parte burocrática – como documentações, disciplinas e informativos –, além de incentivar a criatividade dos discentes do Coletivo para novos planos. Esse grupo anda em conjunto com o Neabi e tem a participação efetiva dos alunos. A professora de Língua Portuguesa destaca a importância de se ter a mente aberta com os integrantes: "Eu percebi nos alunos um jeito diferente do núcleo. Eles realizavam atividades mais práticas e mais voltadas a jovens. Assim, dei a ideia de criarem um grupo independente, e surgiu o Coletivo Negritude Federal", explica.

Os integrantes formam um grupo ativo no campus. Desde a criação do projeto, a inclusão é o principal efeito em estudantes que não eram encorajados a expressar suas opiniões nem a ter orgulho da própria raça. Por meio de rodas de conversa e oficinas relacionadas aos negros, o Coletivo Negritude Federal influencia na capacidade de reflexão pessoal para todos os alunos do campus, por exemplo, colando cartazes com frases motivacionais nos banheiros, que falam sobre a aceitação do cabelo crespo ou cacheado ou até mesmo sobre a maneira de se vestir.

O Coletivo não é dividido por atividades específicas. Todos os componentes atuam em diversas frentes, de acordo com o interesse. No



entanto, para a melhor organização do projeto, alguns líderes encabeçam o movimento na escola, como o aluno João Pedro Ferreira, do 5º período do curso Técnico em Química. O estudante de 16 anos participa do Coletivo e explica sobre a época em que entrou no campus Duque de Caxias. “Desde que entrei no Instituto, no início de 2016, eu já era engajado nas causas sociais, só que eu não tinha muita consciência racial. Isso não fez parte da minha educação”, contou.

Além disso, João Pedro destaca como se descobriu dentro do movimento e como isso influenciou no engajamento das causas sociais. “Acho que o principal motivo para que eu esteja fazendo parte do coletivo foi a capacidade de entender quem eu sou, qual a minha história e como posso me inserir no mundo. Com o grupo, entendo outras realidades. A cada projeto, sou desafiado a buscar por mais conhecimento sobre as relações sociais inseridas no mundo. Eu fico entusiasmado demais, e isso me deixa animado para construir a minha pessoa e uma nova sociedade”, explica.

A conscientização no campus é trabalhada pelos membros, estimulando a força e a visão de futuro na vida de cada estudante. Para a aluna do 6º período do curso Técnico em Química Landara Marcele Araújo, de 20 anos, fundadora do Coletivo Negritude Federal, o que motivou a criação foi a sensação de um “lugar embranquecido”. Com isso, os objetivos do projeto são acolher os negros, abrir a mente sobre as relações raciais, quebrar as barreiras do racismo e falar sobre isso na escola.

“Esse trabalho é gratificante. Não tenho palavras para explicar como eu amo. É uma responsabilidade, é uma vivência, e eu sou racista, sei como dói. Ao mesmo tempo, sei levantar a cabeça e encarar a realidade”, afirma a estudante. Foi com o tempo que se desenvolveu essa atitude de Landara, a qual reforça a influência que sofreu dentro de casa: “Minha mãe me confortava ao explicar algumas situações que me chateavam. Cheguei a pensar em desistir, o que me desmotivou. Entretanto, no início de 2016, após o falecimento dela, tomei coragem de fundar o coletivo. Eu queria muito; a professora Lucineide e minha mãe, também. Então embarquei junto com as pessoas em quem eu confiava. Estamos ocu-



pando o nosso espaço e trilhando um caminho melhor para os nossos descendentes”, emocionou-se.

Landara contou com pessoas focadas em levar a representatividade negra para o campus, como Jessyca Pedro da Silva, de 17 anos, aluna do 4º período do curso Técnico em Petróleo e Gás. Membro do Coletivo, a estudante encarou como uma possibilidade de levar para a escola os assuntos sobre negritude e as causas sociais associadas. Ela sofreu dificuldades de encaixar os projetos na grade, mas isso não foi um fator que a impediu de permanecer no grupo. Jessyca destaca o que chamou a sua atenção: “Eu fiquei muito impressionada porque na minha antiga escola, pode-se dizer, existia uma inclusão bem ‘falsa’. Já aqui no IF, o pessoal está aberto a novas visões, e, com isso, evolui cada vez mais. Desde quando entrei até agora, as coisas vêm melhorando muito”, concluiu.

É importante destacar que a valorização do empoderamento no IFRJ caminha para novas ações e ainda busca espaço para a aceitação de todas as pessoas que circulam no campus.



Núcleo de Estudos de Gênero: uma nova forma de compreender a igualdade de gênero

Questões relacionadas ao gênero sempre foram um tabu em algumas sociedades – e no Brasil não é diferente. Entretanto, isso não vetou a iniciativa de muitos estudantes brasileiros em buscar conhecimento a respeito do tema. No IFRJ Volta Redonda, foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG), uma ideia que partiu de alunos em 2015 e atualmente se configura em um grupo formado por 12 integrantes, contando com a participação dos professores André Senra, de Filosofia, e Flávia Esteves, de História.

A princípio, o intuito dos estudantes era realizar encontros semanais, os quais possibilitavam aprofundamento do tema e novas descobertas sobre o real significado dos debates frequentes sobre gênero. Julia Coutinho, de 19 anos, aluna do 7º período do curso de Automação Industrial, foi quem teve a iniciativa, junto à professora do campus Rosângela Pereira, coordenadora do núcleo. Logo, outras alunas se interessaram e deram início às reuniões frequentes. Cada encontro possibilitava que os participantes compreendessem a importância de estudar sobre a temática, bem como debater sobre seus respectivos posicionamentos na sociedade em que desempenham o papel de cidadãos.

“No início, o objetivo era consolidar os integrantes para posteriormente abrir discussões e realizar apresentações, a fim de se ter uma base concreta de estudo, e não só falar sobre algo que não entendíamos com profundidade”, aponta Julia. Após os estudos, o grupo começou a apresentar seminários e promover o diálogo em eventos do próprio campus, inicialmente. Julia ainda completa que “atualmente todos os alunos conhecem o núcleo e o respeitam muito”.

Alguns temas – como “A inserção da mulher do mercado de trabalho”, “Representação das mulheres nas histórias em quadrinhos”, “Os feminismos” e “As mulheres nas diferentes culturas” – foram os principais discutidos em eventos dos quais o NEG participou. Suas experiências a partir das leituras e dos debates realizados possibilitaram que as discentes representassem o núcleo em exposições de filmes e palestras, com materiais aptos a abrir discussões e debates no Instituto.

“Participamos de Jornadas Científicas nos campi Nilópolis e Rio de Janeiro. Em junho de 2017, realizamos dois dias de eventos no campus Volta Redonda, com convidados externos. Preparamos também oficinas com os alunos do campus. Nossa participação na Semana da Diversidade no último semestre também foi importante e especial”, disse Julia.



Alunos participam da oficina “Além do azul e do rosa: desconstruindo as percepções de gênero”, realizada no evento Diversidade e Inclusão, em 21 de outubro de 2017

Para Rosângela Pereira, coordenadora do núcleo, é importante abordar assuntos que acabem com a desigualdade e a discriminação no meio acadêmico e escolar. “O ambiente escolar caracteriza-se pelas diferenças. Mas ser diferente não é o problema; a questão se complica a partir do momento que gera desigualdade, tratamento diferenciado, preconceito e discriminação. Portanto, as discussões são importantes para problematizar as diferenças a fim de evitar que se tornem formas de desigualdade social”, reitera.

A professora aponta também que as reuniões podem desconstruir o pensamento equivocado dos alunos e trazê-los à reflexão baseada em estudos relevantes. Para ela, a escola tem o papel de proporcionar reflexão e questionamento sobre as informações recebidas fora do ambiente escolar. “Dessa forma, o processo educacional possibilita outro olhar sobre a realidade”, explicou.

Rosângela também relata que um ponto crucial dos estudos era a inserção das alunas na Instituição, na formação técnica e profissional. As alunas afirmam que representam um número menor no corpo discente do curso e, com isso, observam um tratamento diferenciado por serem meninas.



O princípio dos estudos de gênero

Segundo a emissora inglesa de rádio e televisão BBC, especialistas explicam que não existe uma “teoria de gênero”, e sim os estudos sobre gênero (gender studies). Nos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos, foi o momento em que esses estudos começaram a se desenvolver, tendo como principal eixo a construção social da identidade sexual e a questão das desigualdades entre homens e mulheres.

No Brasil, estudos que abordam questões relacionadas a gênero ganharam força na década de 1970, a partir dos movimentos feministas. Com a propagação de ações pelo país afora, os estudos se disseminaram no espaço educacional, propondo conscientização e espaço para reflexões.



Discentes participaram do seminário “Juventude, Gênero e Educação”, realizado em junho de 2017.

Educação cidadã na rotina do campus



No planejamento da educação, diversos fatores precisam ser levados em consideração. O campus Niterói, por exemplo, em fase de implantação, iniciou os trabalhos com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em julho de 2016 e, desde então, desenvolve atividades e planeja o futuro do campus. Preparar o aluno para o mercado de trabalho vai além das matérias teóricas e práticas da profissão; é necessário desenvolver aptidões para a vida social.

Mas como pautar isso?

Carlos Hilton, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) do campus Niterói, destaca que, desde sua chegada ao campus, em abril de 2017, ações começaram a ser desenvolvidas em prol da inclusão do aluno surdo. “A direção solicitou que começássemos com algumas atividades desde o processo de implantação, porque precisamos estar em concomitância com as necessidades da sociedade e da comunidade”. Em 2017, diversos eventos foram realizados com o intuito de debater a inclusão do surdo e a prática de Libras, entre eles: a 1ª Semana de Libras e o curso de extensão básico de Libras.

Camila Caldas, de 29 anos, aluna do curso Técnico em Administração, fala da relevância

da inclusão de atividades em Libras no campus, embora tenha dificuldades em organizar seus horários para participar. “Em relação à minha área profissional é muito importante, pois lidamos com diversos públicos”, enfatiza.

Carlos, que também integra o Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do campus, explica que, mesmo sem alunos surdos, é preciso preparar o ambiente escolar. “O corpo docente precisa estar

Libras para o mercado de trabalho

A inclusão também prepara para as possibilidades do mercado de trabalho. Carlos destaca que a inclusão da Libras oferece ao aluno opções de especialização. Desde o Decreto Federal nº 5.626/05, que dá à Libras status de disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, abriram-se três caminhos de polo de mercado:

- para o surdo professor bilíngue que leciona a Língua de Sinais;
- para o professor bilíngue ouvinte licenciado na sua área com proficiência em Libras;
- para o tradutor e intérprete ouvinte que desencadeia diversas oportunidades.

capacitado para recebê-los, com provas, exercícios e apresentações ajustadas. É necessário trabalhar a difusão da língua para chamar alunos e evitar evasão”, diz.

“No momento em que o campus se abre à difusão da Libras, em oficina e eventos, ele está falando sobre inclusão, ao passo que mostra vertentes para os alunos que se direcionam ao mercado de trabalho”, enfatiza.

Formação Cidadã

“Pensar cidadania está nas diversas formas de pensar a diversidade no ambiente escolar e o acesso do aluno à educação”, destaca Aline Abreu, assistente social do campus Niterói. Ela fala da importância de se alinharem as informações tratadas em sala de aula, nas disciplinas de Cultura e Sociedade, por exemplo, com aspectos de políticas sociais e gestão democrática – o que contribui para a formação da trajetória do aluno.

Trabalhar a cidadania é também ampliar o perfil dos estudantes, “e o próprio imaginário que temos do perfil do aluno do IFRJ”, acrescenta Aline. “Quando você tem uma escola diversa, essa diversidade precisa aparecer. De alguma forma você combate intolerâncias, discriminações, e colabora com o pensar crítico da realidade”, enfatiza.

“É aprendizado e reflexão desenvolvidos diariamente”, afirma a discente Camila. “As discussões de gênero e raça começaram tarde na educação. Esse assunto tem que ser debatido desde muito cedo, para mais esclarecimentos”. A estudante destaca ainda a importância

de se respeitarem as diferenças e opiniões para o desenvolvimento social do aluno.

“A realização de ações dentro e fora da sala de aula que aflorem esses debates são parte considerável da formação cidadã”, ressalta a assistente social, que entende a relevância da reflexão após cada atividade. “A questão é: quando você traz o diverso, você traz inquietação. Porque você sai dos lugares-comuns. A inquietação é o grande mobilizador dessas atividades, é a reflexão vinda pelos pontos de vista. Por isso, a produção de textos e a realização de dinâmicas”, ressalta Aline.

No que tange à cidadania, o desenvolvimento de uma consciência da importância da assistência estudantil é o que, fora da escola, reflete-se nos direitos do cidadão. “É preciso entender que o programa não faz só distribuição de bolsas; ele também tem várias frentes de trabalho, que asseguram a manutenção do ensino.” A assistente social destaca a participação dos alunos do campus, que sinalizaram algumas demandas refletidas em um edital de assistência estudantil dos alunos do curso técnico em Administração voltado à alimentação.

Aline acredita na importância de elaborar novas formas de apresentar essa temática, com eventos e atividades interativas, além de visitas institucionais para melhorar os diálogos com a comunidade externa e trazer informações de outros setores públicos. “É com esse detalhamento e perspectiva que podemos caminhar para um campus mais inclusivo, aberto à diversidade e ao diferente”, conclui.

Escritor Luiz Antonio Aguiar, fala dos textos de Machado de Assis, da época da escravidão e do retrato do negro naquele período durante o evento “Conversa com o autor” - parte do projeto de Extensão Exposição Literária “Multiplicidade do povo negro na arte, cultura e na formação social do Brasil”.



ESCOLA, SUBSTANTIVO PLURAL

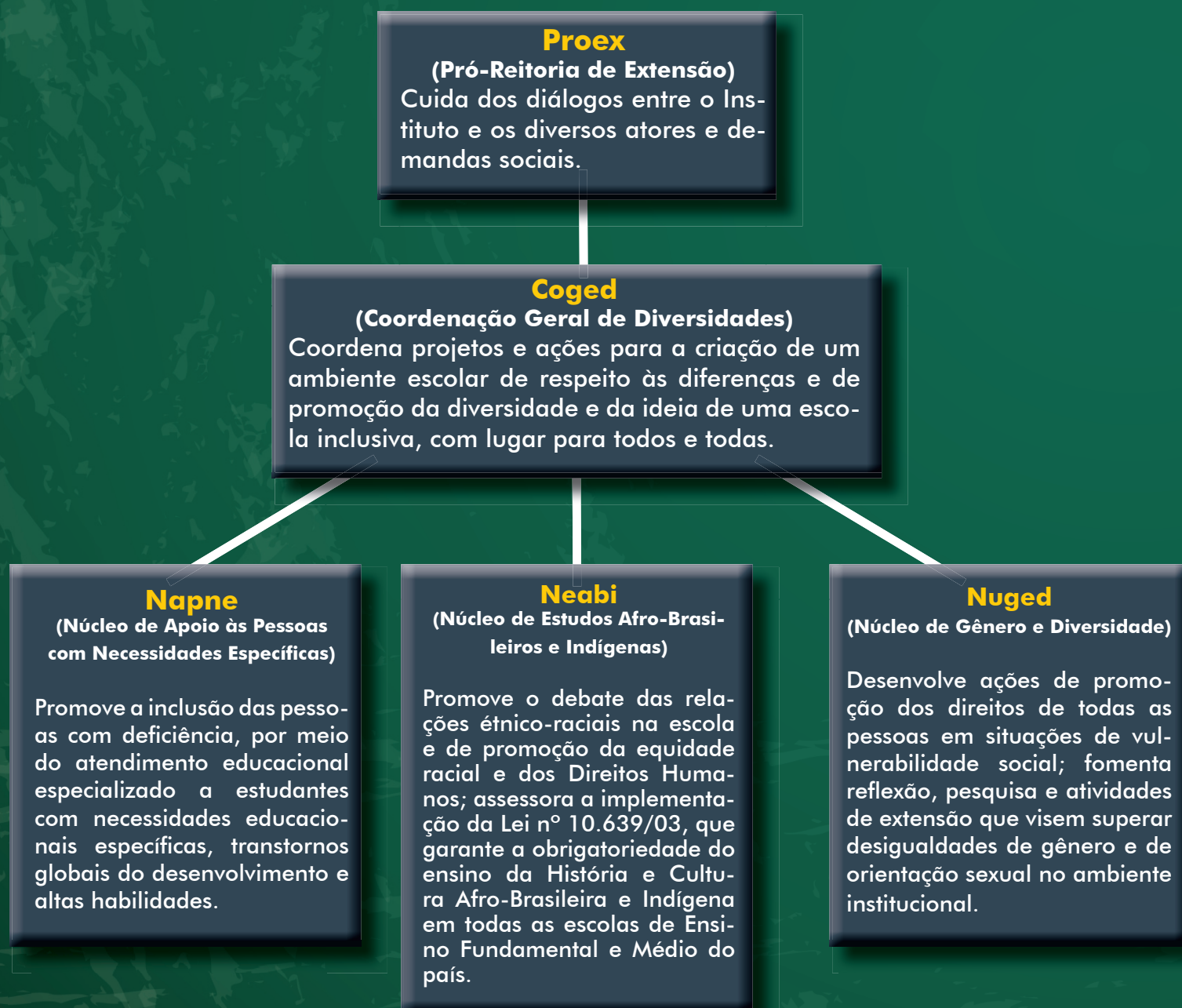
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) tem papel transformador na democratização do saber. Isso quer dizer que o IFRJ não é uma escola fechada em si mesma, mas, sim, uma instituição na qual o saber acadêmico dialoga com os saberes e as práticas sociais. Como?

No Instituto, é a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) a responsável por aproximar a comunidade acadêmica e a sociedade, em um sentido de trocas e diálogos: ao mesmo tempo em que

aproximam o estudante da realidade social que cerca a escola, trazem para o Instituto as demandas e os saberes sociais.

O horizonte de atuação abrange, entre outras iniciativas, encontros, seminários, ações esportivas, acompanhamento de egressos, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), inclusão e valorização das pessoas com deficiência e dos grupos em vulnerabilidade social, promoção das culturas afro-brasileiras, indígenas e populares, e estudo das relações étnico-raciais e de gênero na escola.

Como funciona?



Programas, projetos e ações desenvolvidos entre 2016 e 2017

1) Censo Institucional de Acessibilidade

É realizado por meio de questionário online e visita da Coged aos *campi* para identificar as necessidades primordiais no que diz respeito à locomoção e à recepção de pessoas com deficiência.

O censo permitiu uma avaliação da disponibilidade de recursos humanos e tecnológicos nos diferentes *campi*, ao mesmo tempo em que possibilitou mapear as principais demandas relativas ao efetivo processo de inclusão.

Os resultados iniciais estão sendo desdobrados em:

- **ações desenvolvidas nos *campi*:** articulações com as prefeituras para facilitar transportes; identificação dos espaços acadêmicos em Braille com envolvimento dos três servidores do IFRJ revisores de textos em Braille; aceleração de obras de edificações nos *campi*; articulação com os intérpretes de Libras lotados em cada um dos *campi* do IFRJ; disponibilização de programas, aplicativos etc.;
- **ação centralizada pela Reitoria:** elaboração de curso de capacitação com 160 horas, intitulado “Derrubando Muros: Diferença e Inclusão no IFRJ” e destinado aos servidores do IFRJ.

2) Taxa de Atendimento de Demandas de Tecnologias e Metodologias Educacionais Inclusivas

Existem Napnes em todos os *campi*. Entretanto, segundo dados coletados, o número de alunos com alguma necessidade específica no Instituto ainda é muito pequeno em relação à população que se encaixa nesse perfil e é identificada pelo IBGE: segundo o Censo de 2010, quase 24% da população brasileira (cerca de 45 milhões de pessoas) têm algum tipo de deficiência visual, auditiva e/ou motora – em diferentes graus –, deficiência mental e/ou intelectual de modo geral.

A acessibilidade arquitetônica foi definida como um dos eixos de ação dos Napnes para 2017 e alcançou melhorias em diferentes *campi*. Elevadores, sinalização de salas e piso tátil mudaram o perfil de algumas unidades, ainda que restem algumas dificuldades de acesso.

O segundo eixo de atuação dos Napnes foi a sensibilização de professores e alunos. Para isso, ocorreram:

- Fóruns de discussão para educação de surdos;
- Fórum de discussão para educação de cegos;
- Fórum de discussão sobre autismo;
- Conferências, palestras e minicursos promovidos por professores da casa e em convênio com a UFF, UFRJ, Uerj, o IBC, o Ines e as Secretarias Municipais de Educação;
- Preparação e treinamento de professores e alunos em Libras e introdução ao Braille;
- Oficinas de confecção de material didático;
- Capacitação de servidores em audiodescrição;
- Levantamento inicial de vocabulário específico em Libras nas áreas técnicas e em Biologia.

3) Ações desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

CAMPUS	TÍTULO DO EVENTO	DATA	COORDENADOR RESPONSÁVEL
Nilópolis	Evento "21 dias de ativismo contra o racismo"	06 A 27/março	Fernanda Delvalhas Piccolo
Nilópolis	Roda de conversa com educadoras/es sobre educação das relações étnico-raciais	10/março	Fernanda Delvalhas Piccolo
Belford Roxo	Palestra "Mídia e Racismo no Brasil"	21/março	Estevão Leite e Jaqueline Gomes Jesus/ integrantes NEABI do campus
Rio de Janeiro	I Semana de Estudos Africanos e Indígenas do Campus Rio de Janeiro	18 a 20 /abril	Mana Aparecida Miranda/ Coordenadora do NEABI do Campus
Volta Redonda	Evento do Dia Internacional da mulher negra latino-americana e caribenha: "Foste tudo negra menos tu"	27/julho	NEABI do Campus
Reitoria/ Paracambi/ Belford Roxo	Evento na OAB - Os Institutos Federais do Estado do Rio de Janeiro e a Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil: uma parceria em busca da reparação	20/outubro	Joyce Alves Rocha, Jaqueline Gomes Jesus, Francisco Sobral e Márcia Guerra Pereira
Paracambi	4º Encontro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), com o tema intitulado: "Territórios dos saberes afro-indígenas"	27/outubro	NEABI do Campus
Nilo Peçanha – Pinheiral	Evento sobre o "Dia Nacional da Consciência Negra"	21 a 24/novembro	NEABI do Campus
Belford Roxo	Evento "Mês da consciência negra"	07,16,17 e 22/novembro	Estevão Cristian da Silva Leite - Coordenador NEABI do campus
Nilópolis	Evento NEABI em ação: "Novembro Negro"	21/novembro	Rosália Lemos – coordenação NEABI

Fonte: Relatório de Gestão Proex 2017.

Quer fazer parte de um projeto extensionista?

O IFRJ oferece bolsas e vagas para voluntários em projetos de extensão. Em 2017, segundo a Coordenação Geral de Programas e Projetos (CGPP), o Instituto apoiou, em editais internos do Pró-Extensão, mais de 90 projetos e quase 30 eventos de extensão, em 15 eixos temáticos, nos 14 campi do IFRJ.

Entre estes, relacionados ao Neabi, foram desenvolvidos nove projetos distribuídos em oito campi. Na temática Diversidade, Gênero e Sexualidade foram sete ações de extensão envolvendo cinco campi.

Vale destacar que, apesar do aumento das ações de extensão relacionadas à acessibilidade e ao Napne – oito no total –, estas permaneceram concentradas em apenas três dos 15 campi do IFRJ, mostrando a necessidade de maior incentivo e apoio desses núcleos.

No programa de voluntários em atividades de extensão, nove projetos foram desenvolvidos em quatro campi do Instituto. Desses, cinco envolviam temáticas relacionadas ao Napne ou ao Neabi.

Para saber quais são os projetos e como se candidatar a uma vaga, acesse: portal.ifrj.edu.br/editais/extensao.



Você sabia?

A experiência do IFRJ com as políticas ligadas à responsabilidade social e à diversidade teve início na década 1980, com a reserva de vagas para estudantes das escolas públicas nos processos seletivos para os cursos técnicos.

Atenção às necessidades específicas

Napne busca facilitar para alunos com deficiências a entrada, a permanência e a conclusão do curso

Inclusão social se resume ao conjunto de ações realizadas para assegurar que todos na sociedade possam usufruir de seus direitos de cidadão de maneira igualitária, não importando classe social, gênero, educação, etnia, orientação sexual, entre outros aspectos. Associa-se inclusão social, por exemplo, aos deficientes físicos, como os cadeirantes, que precisam de calçadas públicas com boas condições e de rampas. No entanto, a inclusão precisa estar presente em todos os âmbitos sociais, inclusive os acadêmicos (as instituições de ensino), colocando em voga que a escola é base de formação para o ser humano.

Pensando nisso, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) media a educação inclusiva do IFRJ e responde pelas ações de implantação e implementação do programa Tecnep (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas). Discutia-se inclusão social no campus Rio de Janeiro há algum tempo, e, em meados de 2015, o esboço do Napne começou a ser criado, segundo a Professora Marília Manhães, intérprete de libras e coordenadora do projeto.

Há cerca de dois anos, o Napne atua efetivamente nos campi do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). O núcleo é voltado à educação e inclusão do aluno com necessidade específica, a qual não é necessariamente uma deficiência; pode ser um problema cognitivo ou de vínculo. Geralmente a dificuldade vem associada a uma síndrome ou deficiência,

mas é importante frisar que o núcleo atende a qualquer aluno com necessidade específica.

Atualmente, o principal foco da inclusão social escolar são os jovens portadores de necessidades específicas que normalmente apresentam algum tipo de deficiência física ou psicológica. De acordo com Marília Manhães, o Napne garante a integração desses alunos em classes de aula regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam nenhuma necessidade, visando eliminar o preconceito e a discriminação.

O papel do Napne é facilitar a entrada e a permanência do aluno no Instituto, bem como o êxito dele na conclusão do curso. “Incluir é ajudar o outro a entender que ele tem uma vida normal como qualquer outro aluno, fazendo com que ele entenda suas dificuldades e as dificuldades dos outros colegas, mesmo que não sejam específicas. O aluno deve entender que a Educação é para ele também”, afirmou a coordenadora.

Composto por alguns servidores, professores e pela psicóloga da Instituição, Alba Marques, o Napne do campus Rio de Janeiro atende diretamente a dois alunos com necessidades específicas – um com deficiência visual e outro com deficiência auditiva – e chama a atenção dos estudantes.

Marília revelou também que, juntamente com o corpo de pessoas que formam o Napne, está trabalhando em um plano de ação envolvendo a comunidade do IFRJ – campus Rio de Janeiro – com eventos de sensibilização e atuando com sistema de ensino colaborativo com os professores. “A experiência tem sido muito relevante; temos tido resultados bastante significativos no ensino colaborativo com os professores, pois somente juntos poderemos estabelecer as melhores estratégias pedagógicas no percurso acadêmico dos estudantes em suas necessidades educacionais específicas”, contou a coordenadora, segundo a qual há estímulo à tutoria de pares entre os colegas de



turma para que aconteça a troca de aprendizado entre eles.

O graduando do 1º período de Química Yuri Oliveira destaca a interação entre aluno e professor dentro de sala de aula. Ele estuda na mesma turma do aluno Gabriel Machado, que é deficiente auditivo, e diz que vê a integração acontecer dentro de sala. “O aluno com deficiência auditiva usa um aparelho conectado com o microfone que o professor usa, e o som é transmitido de um jeito que ele consegue acompanhar a aula”, conta Yuri.

Marília também ressaltou que o intuito no Napne não é superproteger nem expor o aluno, e sim fazer o IFRJ se adaptar a ele da mesma forma com que ele irá se adaptar ao Instituto. “É realmente uma questão de inclusão. A educação é um direito de todos”, ponderou.

O discente Cauê de Oliveira Lima, hoje do 6º período do curso Técnico em Química, já era aluno do campus quando teve de interromper os estudos por conta de um tumor no cérebro, que conseqüentemente o fez perder a visão. Ele precisou abandonar o curso para iniciar o tratamento e retornou no ano passado, por meio do sistema de cotas.

Cauê conta que, após adquirir a deficiência visual, não pensou em estudar em outro lugar. “Na primeira vez que eu fiz prova para o IFRJ, passei com boa colocação e com meu esforço. Na época, não me lembro nem de existir o sistema de cotas ainda. Retornei para concluir meu curso, pois interrompi no quinto período. Faltava muito pouco. Quis terminar aqui”. Ele afirma que o Napne é fundamental para o seu desenvolvimento e cita o trabalho da coordenadora Marília e do monitor Jean, que o acompanham.

Apesar de se sentir beneficiado pelo Napne, Cauê faz algumas críticas em relação ao preparo dos professores. Ele conta que, no último semestre, uma aluna deficiente auditiva, que também era acompanhada pelo Napne, interrompeu o curso porque, mesmo com o núcleo, não conseguiu se adaptar e ter bom desenvolvimento em sala.

“O sistema de cotas é paliativo; por enquanto ele serve para mim, para negros, para indígenas, mas não é suficiente. A sociedade

está começando a entender que pessoas não comuns também frequentam a sala de aula; não comum, porque todos somos normais. Uma necessidade o diferencia de outro aluno, mas não o faz pior nem melhor que ele”, afirma Cauê.

“É função do educador estar preparado para educar os mais diferentes tipos de indivíduos, e estamos trabalhando em conjunto com os professores do IFRJ para atender à demanda do aluno com necessidade, tanto na disponibilização do material pedagógico necessário para ele quanto na orientação ao professor no cotidiano na sala de aula”, diz a coordenadora Marília.

Cauê, que se forma neste ano, também apresentou sugestões, como, por exemplo, o curso de Braille. Ele ainda não sabe esse sistema de escrita, mas diz que pretende aprendê-lo e que seria ótimo poder receber essas aulas no IFRJ. “Deve-se entender que, antes de tudo, a educação deve mudar e muito. Não adianta um sistema de cotas ingressar um aluno em uma instituição que não tenha como mantê-lo lá dentro. Eu me formo neste ano, mas espero que o Napne consiga ajudar muitas outras pessoas com necessidades específicas a concluir o curso, como eu”, disse o estudante.

Entre as novas ações que estão sendo planejadas para implementação e melhoria do Napne está o investimento em propostas de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e aluno, dando ênfase na qualidade do conhecimento.



Pré-vestibular gratuito oferece oportunidade de inclusão social

A participação de jovens de baixa renda no Ensino Superior aumentou mais de quatro vezes de 2004 a 2013, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os 20% mais pobres, o ingresso em faculdades e universidades passou de 1,7% para 7,2%. Entre as instituições particulares, a tendência se repete. A presença dos mais pobres foi de 1,3% para 3,7%.

Visando aumentar cada vez mais esse índice, que, embora crescente, ainda representa uma baixa porcentagem, são realizadas iniciativas como a parceria entre o IFRJ (campus Belford Roxo) e a Rede Emancipa, um movimento social de educação popular que desempenha importantes trabalhos voltados a jovens de escolas públicas. Consolidando-se desde 2017, a colaboração entre o campus e a Rede objetiva ajudar a população a ingressar em uma faculdade pública, oferecendo, para isso, a oportu-

nidade de um curso pré-vestibular gratuito e de qualidade no município, que é tão carente.

No dia 10 de março, aconteceu a aula inaugural do pré-vestibular com o intuito de reunir todas as unidades da Rede Emancipa em um único espaço, oferecendo assim a oportunidade de debates e a interação entre alunos de diferentes idades e localidades.

Segundo Flávio Sabra, professor de Desenho e Modelagem do IFRJ campus Belford Roxo e um dos responsáveis pela parceria, é de extrema importância para a população local que esse tipo de projeto seja implementado. "Todos ganham quando a população tem acesso à educação e cultura. A Rede Emancipa e o IFRJ juntos estão ajudando a abrir uma porta para o mundo. Com essa parceria, podemos mudar o rumo do ensino no município", afirma.





80 alunos formaram as duas primeiras turmas do projeto.

Primeiras atividades

As primeiras atividades no campus contaram com duas turmas lotadas, totalizando 80 alunos, e as disciplinas oferecidas foram Língua Portuguesa, Física e Círculo (um momento de debate sobre determinado tema; a atividade é baseada em um dos instrumentos da Pedagogia de Paulo Freire para que as pessoas falem e cheguem a um ponto comum).

De acordo com Silvana Louzada, professora de Fotografia do campus e também responsável pela parceria, o principal objetivo é formar multiplicadores para que as universidades públicas sejam ocupadas por quem mais precisa delas. "Ingressar em uma instituição de ensino pública e de qualidade é um desafio muito grande, e, ao conseguirmos fazer com que nossos jovens ultrapassem esses muros, formaremos cidadãos preparados e, acima de tudo, conscientes", ressalta.

rede
emancipa
movimento social de
Educação Popular

Um Pouco mais Sobre a Rede Emancipa

Desde 2007, a Rede Emancipa vem construindo um trabalho fundamental para a educação de jovens de escolas públicas, organizando cursinhos populares pré-universitários para atender à demanda de estudantes de escolas públicas pelo acesso ao Ensino Superior em geral e às universidades públicas em particular.

Presente em todas as cinco regiões do país, esse movimento social atende cerca de 5.000 estudantes ao longo do ano em nível nacional, auxiliando milhares deles a entrar nas mais diversas universidades.

A missão do IFRJ e da Rede Emancipa é promover a formação profissional e humana, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento do país. Ambos têm como meta um modelo de educação emancipadora, que forme cidadãos com pensamento crítico e dispostos a atuar para a melhoria da sociedade, e acreditam que a educação popular é um caminho repleto de conhecimento, diálogo, afeto e solidariedade, cujo horizonte é a transformação social.

Com informações de: redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/

Desafios de conscientização

Como inserir e criar projetos que promovam o ensino inclusivo em um campus em implementação

A conscientização sempre esteve presente no planejamento do campus São João de Meriti. Por ser um campus embrionário, há um longo processo a ser cumprido e desafios de criar na instituição a cultura de uma educação inclusiva, de convivência e aceitação da diversidade. Como projeto inicial, foi implantado o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne).

A função do núcleo é, basicamente, estimular ações internas que visam educar para a convivência. Além disso, articular o campus para que essas pessoas, portadoras de algum tipo de necessidade específica, tenham um recurso e consigam interagir normalmente nas atividades. A ideia é trazer o equilíbrio e possibilitar que todos garantam um processo igual de aprendizagem, com acesso a todos os recursos.

Entendendo as ações do núcleo

O presidente do Napne do campus, João Emílio de Assis, e a vice-presidente e intérprete em Libras, Carla dos Santos, explicaram como “começar do zero”: falaram sobre a elaboração, o funcionamento e as ideias para o futuro do núcleo.

João ressalta que o núcleo envolve muitas questões: altura (nanismo e gigantismo), peso (obesidade mórbida) e deficiência auditiva ou visual. “O nosso dever é ensinar de acordo com a necessidade específica de cada um”, explica. O presidente ainda completa: “O Napne vai além das salas de aula. Reflete em todo

o campus: na questão da acessibilidade da necessidade de banheiros adaptados, da garantia à mobilidade e afins”.

Como, então, chegar a esses alunos? A conversa não é feita com uma abordagem direta do Napne, pois essa função cabe a um profissional especializado – um psicólogo institucional ou assistente social, por exemplo. No caso do campus São João de Meriti, os discentes normalmente são atendidos diretamente pelo setor da Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP), formada pela assistente social Bruna Barboza e pelo pedagogo Luiz Alberto Chaves.

A intérprete em Libras Carla dos Santos explica que certos alunos precisam de algum auxílio, mas não admitem essa necessidade. “É a percepção da negação. O Napne tem a função mais de articular do que de abordar e conversar com um aluno diretamente; é um trabalho mais de planejamento, capacitação e estratégia no âmbito coletivo”, conta.

João afirma que, em muitos casos, o estudante chega com um problema mais avançado por não ter um acompanhamento e um olhar mais específico em experiências anteriores, em outras escolas. “Partindo desse princípio,



o aluno pode perder o processo da educação no aspecto humano: convivência, coletividade e trabalho em equipe. As necessidades devem ser reconhecidas e articuladas”, alerta.

Projetos iniciais e futuros

O primeiro passo para a consolidação do Napne no campus foi conversar com os professores – que estão ligados diretamente aos alunos –, promovendo reuniões habituais de conscientização. “Tivemos uma palestra com a psicopedagoga Valéria Oliveira, com a in-

tenção de observarmos os desafios do processo educativo específico e aprendermos a avaliar e ensinar de maneira diferente, com a consciência do papel fundamental e específico a se cumprir. Além disso, podemos entender como realizar o nivelamento”, exemplifica João Emílio.

Em um segundo momento, ainda não iniciado, o plano é formular um trabalho com toda a comunidade acadêmica, justamente para tratar a questão da sensibilização e da conscientização a fim de que todos se adequem para lidar com a diferença.

Percepções e participação dos alunos nesse processo



“A falta de compreensão dos alunos é uma realidade”

A monitora da Secretaria Acadêmica Natália de Andrade, de 29 anos, comenta sobre a conscientização em sala de aula. “Eu percebo que esse exercício de conscientização é difícil. Muitos alunos não sabem lidar com as diferenças; é aquela questão: vê e não enxerga. Às vezes levam na brincadeira e não sabem respeitar. Infelizmente, existem salas que não abraçam aquelas pessoas que precisam de ajuda. É difícil alguns alunos conseguirem enxergar o problema do outro”, conta.

“É importante que a pessoa admita e também se permita integrar”

O monitor de Administração Peterson Santos, de 26 anos, comenta sobre o aspecto da convivência. “Eu acredito que as pessoas que precisam de uma atenção maior, de uma determinada necessidade, também devem permitir que sejam ajudadas. Muitos se isolam num canto e não se abrem. Não é um papel somente de nós, alunos, mas da própria pessoa. É um trabalho em



“Estimular a quem precisa é fundamental para garantir a inserção”

A aluna do 2º período do curso Técnico em Administração Valéria Ferrari, de 37 anos, admite que o interesse em ajudar o próximo não é uma realidade dos alunos. “Muitos não têm o interesse de ajudar por achar que seria um trabalho, um atraso. Na minha sala, lido com uma pessoa que tem um tipo de necessidade específica, e tanto eu quanto outros alunos tentam realizar essa inserção e estimular para que não haja a diferença. Acredito que algumas pessoas se aproveitam da dificuldade e já impõem que não conseguem realizar determinada atividade, mas, em nossa sala, nós não deixamos isso acontecer.”





**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio de Janeiro

portal.ifrj.edu.br